



TEOLOGIA & ECOLOGIA A IGREJA E O MEIO AMBIENTE

Prof. Ms. Pe. Antônio Almir Magalhães de Oliveira*

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações”.¹

1. Introdução

Nossa abordagem nesta Semana Teológica é explicitamente pastoral. É evidente que serão levados em consideração as informações e conteúdos numa perspectiva interdisciplinar que o tema comporta, na medida em que esta temática passou de uma disciplina científica para um movimento social e político. Neste sentido, o campo da ecologia adquiriu uma amplitude poucas vezes encontrada na história do pensamento, enveredando por um vasto enfoque multidisciplinar.

Em 1866, o biólogo Alemão Ernest Haeckel, em sua obra *Morfologia Geral dos Organismos*, propôs a criação de uma nova e modesta disciplina científica, ligada ao campo da biologia, que teria por função estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico. Para denominá-la, ele utilizou a palavra grega OIKOS (casa) e cunhou o termo “ecologia” (ciência da casa).²

¹ Preâmbulo da Carta da Terra – aprovada pela UNESCO em 14.03.2000.

² Antonio Lago e José Augusto Pádua, *O que é Ecologia*, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2001, 7.

O percurso que seguiremos será demarcado por três momentos, utilizando como caminho metodológico o já conhecido VER-JULGAR-AGIR.

No primeiro momento, vamos dar uma sobrevoada na ampla realidade que a abordagem proporciona, objetivando, sobretudo, adentrar num vasto quadro de referência histórico, situando em que momento surgem e se identificam as grandes questões relativas ao assunto, especialmente aquelas que podem ter uma incidência maior na ação evangelizadora. Ainda neste momento e sempre na perspectiva das repercussões nas atividades práticas da vida eclesial, em sua visibilidade maior que se expressa nas Paróquias e Áreas Pastorais, faremos uma síntese dos crimes ambientais, que exigiriam uma presença de nossa parte.

Na segunda parte, o trabalho dará algumas indicações Bíblico-Teológicas e do Magistério da Igreja, procurando superar a visão antropocêntrica, pois, de acordo com a tradição judaico-cristã, o cristianismo acaba sendo apontado, por conta deste antropocentrismo, como um dos grandes responsáveis pela crise do modelo de civilização em que se situa a sociedade atual. Procuramos também refletir sobre as exigências éticas cobradas por essa temática.

Julgo oportuno, ainda neste momento, ver a configuração eclesial que temos hegemônica hoje e se com ela é possível responder a esta demanda tão atual da necessidade de a Igreja incluir em sua agenda a preocupação com o meio ambiente, tarefa não muito exigente, bastando para isto buscar os fundamentos nos próprios documentos da Igreja que fundamentam e apontam qual o caminho a percorrer.

A terceira parte da abordagem objetiva, a partir de tudo o que foi refletido até então, sugere pistas de ações, indicações práticas para incluirmos em nossa agenda eclesial este precioso tema do cuidado com a natureza, claro, associada a uma configuração eclesial que brota do Concílio Vaticano II, de uma Igreja servidora do mundo.

Esperamos corresponder aos objetivos elaborados e, de modo especial, às expectativas dos participantes desta IX Semana Teológica promovida pelo ITEP.

2. A crise de um modelo civilizatório³

O ponto de partida desta reflexão é o conceito de desenvolvimento, que está na raiz da crise do momento atual. Pode-se afirmar que as raízes estão plantadas já no século XVI, época das grandes navegações e do reaquecimento do comércio europeu. Deu-se aí o surgimento de uma nova racionalidade baseada na colonização, expansão e exploração e com esta nova racionalidade emana uma visão de mundo que percebe o indivíduo como componente único das relações sociais e, como consequência, a separação e o primado da razão sobre a matéria.

Neste sentido, o trabalho é concebido apenas como atividade de apropriação da natureza e, nesta ótica, a mesma é vista como mero objeto de conhecimento e domínio, não tendo destarte, valor em si mesma, mas valor de uso. Com o advento da era industrial houve o aprimoramento da racionalidade em apreço.

Por trás de tudo isto estão os técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Eles acabaram dando suporte científico às palavras do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 1949. Em seu discurso de posse Truman anunciava um mundo cuja maior parte se encontrava na condição de subdesenvolvimento; e o desenvolvimento neste contexto, ou a modernização, era postulado como o caminho inevitável a ser buscado por essas sociedades subdesenvolvidas, ou atrasadas, na superação de sua pobreza. Qual era o paradigma a ser alcançado? A sociedade de consumo norteamericana.

A lógica era a seguinte: como condição para concorrer a um projeto de futuro que apontava para o ingresso em uma vida de bemestar e consumo, as sociedades periféricas deveriam crescer economicamente, industrializar-se, urbanizar-se, ainda que isto custasse sacrifícios como o crescente endividamento no plano econômico, a desvalorização e a marginalização das práticas, da cultura e dos saberes tradicionais populares, a depredação e destruição da natureza e a exploração da força do trabalho.

Ligado ao mito do desenvolvimento, que iria redimir os povos da ignorância, do atraso e da pobreza, se estruturava uma rede de relações de dominação econômica e política entre os países então definidos como desenvolvidos e subdesenvolvidos.

³ Tomo aqui como referência desta parte as ideias que estão explicitadas no livro publicado pelo Setor Pastoral Social da CNBB, *A Igreja e a questão ecológica - Leitura ético-Teológica*, a partir da análise crítica do desenvolvimento, Paulinas, 1992.

Uma análise atenta dos resultados desse modelo de desenvolvimento, nas sociedades às quais se destinou, mostra a grande concentração de riqueza e o aumento da pobreza nos países onde habita a maior parte da população do planeta ao tempo que evidencia a precariedade da promessa desenvolvimentista. Estas populações, excluídas do processo de acumulação de riqueza, efetivamente pagaram e ainda pagam os custos sociais e ambientais deste modelo.

A partir desta experiência histórica, a noção de desenvolvimento que se tornou hegemônica associou as idéias de progresso, bem estar e melhoria da qualidade de vida a um sentido evolutivo unilinear, ou seja, absolutamente econômico, onde os povos puderam ser classificados numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno, ou ainda, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento. A consequência disso tudo leva a um pressuposto que aponta para um padrão em direção ao qual todos os povos avançam. Tudo o que não converge para esse padrão está fadado ao desaparecimento, à marginalização ou àquilo que comumente chamamos de excluídos por falta de competitividade. Desta forma, se não corresponder a um tipo ideal de “sujeito desenvolvido”, sofre ameaça contínua ao seu direito de existir como sujeito de direitos, na sua diferença e diversidade.

Percebe-se destarte que este é um modelo homogeneizador, fundado numa racionalidade econômica produtivista e pouco democrática, tendo na subordinação a sua mola mestra. Ao não tolerar a diferença, a marcha do desenvolvimento só conseguiu produzir desigualdades, que são negadas ou justificadas pelas teses da competição e da eficiência. A lei do mercado recompensa os melhores. Sendo assim, os não beneficiados devem isso à sua pouca qualidade. Absolvido o sistema, são culpabilizados os indivíduos.

2.1 – relação do homem com o meio ambiente neste modelo.

A relação deste homem dito “desenvolvido” com a natureza passa pelo mesmo crivo etnocêntrico. A subordinação e a domesticação da diferença aplicada às relações com o meio ambiente levaram a uma visão instrumental; esta é entendida como um conjunto de recursos naturais apropriáveis e comercializáveis. Fonte de matéria prima, esse manancial de recursos foi considerado, por muito tempo, tão ilimitado quanto o progresso da ciência e da tecnologia.

A grande consequência disso tudo, não levaria a outra realidade senão ao fracasso do referido projeto desenvolvimentista, que é profundamente predatório.

Como já foi colocado anteriormente, este fracasso vai se evidenciar pelo crescente empobrecimento de grande parte das sociedades dos países do hemisfério sul e, mais recentemente, também por enormes massas nos países ricos; pela concentração de renda e aumento dos contingentes populacionais excluídos do mercado formal e do acesso aos direitos básicos da cidadania, bem como pela acelerada degradação ambiental em todo o planeta. As consequências desastrosas do referido modelo nos força a repensar as condições de sobrevivência e melhoria da vida humana e da natureza.

O que está em jogo no momento é que a crise pela qual estamos passando conduz a um questionamento profundo da ideologia do crescimento como um todo e que as premissas mesmas de tal paradigma estão equivocadas, porquanto não é possível uma economia de crescimento ilimitado num planeta finito e de recursos limitados.⁴ O que se afirma, nesta perspectiva, é que não existe um estoque infinito de matérias-primas para alimentar por tempo indeterminado o atual ritmo de produção.

É indiscutível hoje que a

“modernidade caracteriza-se sobretudo pelo antropocentrismo, pelo advento do sujeito autônomo (subjetividade). Em oposição ao teocentrismo da Idade Média, afirma-se que o ser humano é o centro do universo, a medida de todas as coisas, e tudo para ele se destina. O sujeito autônomo reage à tradição e à autoridade e pretende ser o critério decisivo das decisões existenciais...Gesta-se, então, uma visão linear e otimista da história, com a ilusão do “progresso infinito” e do “desenvolvimento ilimitado”. Os ecossistemas e suas comunidades de vida são reduzidos a “recursos naturais”. O mundo parece um “saco sem fundo”, do qual se pode retirar todo o necessário para produzir, vender e consumir produtos ou serviços. Ora, parte desta aventura da Modernidade hoje se esgota ou ao menos busca redefinir-se”.⁵

Não é tão aceitável hoje esta visão antropocêntrica, já que alguns autores afirmam que a ecologia é um paradigma emergente e que portanto substitui o antropocentrismo pelo biocentrismo; outros afirmam

⁴ Antonio Lago e José Augusto Pádua, *O que é Ecologia...*, 48.

⁵ Afonso Tadeu Murad, *Paradigma ecológico: gestão e educação ambientais*, in, *Sustentabilidade da Vida e Espiritualidade*, SOTER-PAULINAS, VV. AA, 2008,46.

que o antropocentrismo é uma conquista da humanidade e que não será substituído por outro modelo, e que a ecologia corrige e aperfeiçoa o antropocentrismo, continuando o homem como o centro, mas junto com os outros seres, em busca de comunhão. O que deve se levar em consideração é que existe uma hierarquia dos seres; como o homem é coextensivo à natureza, dá continuidade à obra da criação, sendo um ser pensante, tem consciência ele tem maior responsabilidade e cuidado com os seres.

Um novo paradigma surge e com ele processualmente uma consciência ecológica, planetária, na qual o ser humano é um componente do sistema de vida no planeta; Ele pensa, fala e de diferentes modos expressa sua consciência e isso explicita a sua distinção entre os demais componentes. Entretanto, nem por isso tem o direito de se impor aos demais e de continuar se relacionando com a natureza de forma predatória.⁶

2.2- A preocupação mundial com o desenvolvimento sustentável

Não resta a menor dúvida de que, a partir da crise citada e a constatação do modelo vigente predatório, foi-se levando processualmente a uma consciência de que deveriam se tomadas medidas a respeito. Neste sentido, apresento um breve histórico⁷ da Cúpula das Nações que expressa esta preocupação.

O mundo se reúne pela primeira vez em Estocolmo na Suécia, em 1972, para discutir o que fazer para frear a destruição do meio ambiente e para criar condições de desenvolvimento que aliasse crescimento econômico e proteção da natureza. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na tentativa de levar à sociedade maiores preocupações com o meio ambiente. Os países presentes na Conferência acertaram um plano de ações contra a poluição. Países industrializados e países em desenvolvimento iniciaram uma série de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) que abordariam diversas áreas tais como alimentação, moradia, população, direitos humanos, mulheres.

⁶ Cf. Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Consciência Planetária, ecossocialismo e cristianismo, in Sustentabilidade da Vida..., 67.

⁷ Este histórico é encontrável no site:

<http://www.integral.br/zoom/matéria.asp?matéria=122>, sob o título A DIFÍCIL TAREFA DE SALVAR A TERRA.

Dez anos após a Conferência em Estocolmo, o PNUMA se reuniu em Nairóbi (Quênia) para avaliar os resultados da primeira Conferência sobre o meio ambiente. Desse encontro, surgiu, um ano depois, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão divulgou o “Relatório Nosso Futuro Comum” exigindo, com extrema urgência, a realização de uma conferência mundial sobre o meio ambiente. Nesse documento apareceu pela primeira vez a definição de “desenvolvimento sustentável”, caracterizado como o “desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas”.

Reunida em 1990, a Assembléia Geral da ONU atendeu ao Relatório Nosso Futuro Comum e decidiu promover a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Conferência, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92, elaborou uma série de documentos que deveriam reger o controle do meio ambiente a partir daquela data. Dentre os principais documentos estava a “Agenda 21”, um extenso programa de ação global que previa a melhoria das condições de vida e a defesa do ecossistema mundial; a “Declaração do Rio”, conjunto de 27 princípios pelos quais deve ser conduzida a interação dos humanos com o planeta; a “Declaração de Princípios sobre Florestas”; a “Convenção sobre Diversidade Biológica” e a “Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas”.

Tais documentos, principalmente a Agenda 21⁸ e a Declaração do Rio, definiram as políticas essenciais para se chegar a um desenvolvimento sustentável que atendesse às necessidades dos países mais pobres do planeta. Além disso, ambos reconheciam limites para o desenvolvimento da sociedade, ligando-os às necessidades econômicas, ambientais e humanas. Nessa mesma Conferência, os países participantes reconheceram a importância das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no desafio de monitorar a implementação da Agenda 21 e de definir estratégias nacionais para se atingir o desenvolvimento sustentável.

⁸ A Agenda 21 é um programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

O objetivo do desenvolvimento sustentável, entretanto, exigia mudanças drásticas nos valores e nas instituições do mundo atual. E tais mudanças não foram aceitas pelos países. Em 1997, a ONU convocou uma Sessão Especial na Assembléia Geral – que ficaria conhecida como Rio+5, para revisar a implementação da Agenda 21. O resultado foi desanimador. Pouco havia se caminhado no desafio de alcançar a equidade social e a redução da pobreza. Mais uma vez, os países participantes reforçaram a necessidade de criação de convenções e de acordos internacionais, referentes a meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A iniciativa, porém, parece não ter vingado. Ainda em 1997 criou-se o Protocolo de Kyoto que tinha como objetivo reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, responsável direto pelo aquecimento da atmosfera. O documento sugere que 55 países industrializados diminuam em 5,2% a emissão de gases no período entre 2008 e 2012. O Protocolo, entretanto, está longe de entrar em vigor. Apenas 36% das nações envolvidas concordaram com suas proposições. Os Estados Unidos, principais poluidores do planeta, se recusam a aderir, temendo que as medidas provoquem danos à sua economia. Diante de tantos desacordos, a ONU sugeriu, no ano 2000, a realização de uma cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, para revisar os progressos alcançados na implementação da Agenda 21. Assim, realizou-se em 2002 a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul.

Como se percebe, esta é uma preocupação “aparente”, na medida em que não se sente, por parte das nações que mais agridem o meio ambiente, uma vontade política de fazer os devidos encaminhamentos. Só para ilustrar, é suficiente ver o que aconteceu na preparação para a Conferência de Johannesburgo, pois no dia 05 de abril de 2002, terminou, com muita frustração, a terceira e última reunião preparatória para o que deveria ser o maior evento político da área ambiental desde a Rio 92 - a Conferência da Terra de 2002 ou Rio + 10. Esta reunião organizada pelas Nações Unidas foi realizada no período de 26.08. a 04.09.02. A Conferência mundial para o desenvolvimento sustentável, em sua versão 2002, teria que responder não só ao desafio da proteção ambiental numa economia globalizada, como também a necessidade de reduzir a pobreza para garantir um futuro sustentável.

“A expectativa do público frente a uma reunião com a presença de mais de 150 países, no continente Africano, não se limitava à discussão de metas de implementação da Agenda 21, acordada no Rio em 1992, com

datas, recursos financeiros e monitoragem bem definidas para proteção das florestas, rios, mares e conservação da qualidade do ar, solo e alimento, entre outros. Mas se deve especialmente pela possibilidade de mostrar como os governos iriam assegurar à sociedade um futuro sustentável. Entretanto, o processo de negociação nos corredores das Nações Unidas não levou a nenhum desses objetivos, evidenciando o total descompasso entre a nossa realidade e a das salas de negociação. De fato, o documento, discutido por duas semanas em Nova York, é uma triste evidência de que, no que depender de nossos governos, podemos começar a procurar outro planeta para viver, pois a Terra está com seu futuro comprometido.

É natural que os defensores do meio ambiente fiquem satisfeitos ao constatarem que os dirigentes dos países desenvolvidos, considerados de PRIMEIRO MUNDO, estão levantando a bandeira ambiental. É como se finalmente sua luta fosse reconhecida. No entanto, uma parte dessa postura é causada pela pressão da opinião pública. Decorre daí que as lideranças dos países do 1º. mundo exijam que os dos países do segundo e terceiro mundos cuidem do meio ambiente. Enquanto transmitem a imagem de que estão avançados no cuidado ambiental, aumentam seus lucros com a exportação de produtos para despoluição, controle e monitoramento ambiental, usam a questão ambiental como barreira comercial para sobretaxar produtos industrializados dos outros países e lucram ao desviarem a atenção da humanidade da base principal do problema, ou seja, o modelo de desenvolvimento “vendido” com o único possível.

A própria luta pelo desenvolvimento esconde uma ideologia: ela é irreal, pois se todos alcançarem o mesmo padrão de consumo dos países chamados de primeiro mundo, serão necessários diversos planetas terra de recursos naturais.⁹

Fica a questão: de quem é a culpa do atual estado das negociações? Em primeiro lugar, da maioria dos países ricos, que tem a falsa noção de que sustentabilidade é um objetivo apenas dos países pobres. Com isso, esse grupo não cumpriu os compromissos assumidos no Rio em 1992 de redução de consumo e impacto sobre os recursos naturais e meio ambiente. Tampouco disponibilizou os recursos financeiros acordados para financiar a implantação da Agenda 21 junto aos países pobres.

⁹ Vilmar S. Demamam Berna, Pensamento Ecológico, Reflexões críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, Paulinas, 2006, 12-13.

Muitos dizem que, enquanto os poucos países ricos não cumprirem os acordos da Rio 92, os países em desenvolvimento não levarão a sério a responsabilidade de proteção ambiental.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, querem ignorar a palavra “sustentável” e enfatizar a palavra “ desenvolvimento ”, definindo políticas de desenvolvimento a qualquer custo, repetindo os mesmos erros cometidos pelos países ricos há décadas, com ferramentas e tecnologias sujas, ignorando a opinião pública que demanda desenvolvimento sim, mas sustentável”.¹⁰

Encontramos uma reflexão intitulada Rio+10 – Um fracasso anunciado o seguinte relato: ¹¹ No último dia da Conferência de Johannesburgo, muitas pessoas portavam na lapela uma pequena faixa dizendo: "Não mais conferências vergonhosas". A mensagem básica era de desânimo pelos resultados específicos daquela reunião e, conseqüentemente, de questionamento quanto à validade desse modelo de grande encontro promovido pelas Nações Unidas, envolvendo a participação de milhares de pessoas e centenas de chefes de governo.

Outros, porém, alertavam para o fato de que essa postura de rechaça radical beneficiava a posição do governo Bush, já que as várias conferências organizadas nos anos 1990 haviam sido um espaço de discussão crítica e, em escala considerável, de elaboração prática no sentido de colocar barreiras sociais e ambientais ao domínio absoluto do mercado e das grandes corporações na definição do destino da humanidade. Não por acaso, nesse sentido, uma carta enviada por políticos conservadores ao presidente Bush, felicitando-o pela decisão de não ir a Johannesburgo, afirmou que o evento seria um festival de condenações aos valores e interesses econômicos da sociedade norte-americana. O fim desse tipo de conferência privaria a humanidade de momentos importantes de encontro e reflexão coletiva sobre os grandes problemas sociais e ambientais do planeta, deixando o campo livre para o domínio dos interesses egoístas e imediatistas das grandes potências.

Mais importante do que adotar uma posição rígida contra ou a favor das conferências, é discutir criticamente o seu objetivo e alcance. O custo elevado desses encontros, em termos econômicos e humanos, requer que as suas metas sejam ambiciosas e enfrentem de maneira

¹⁰ Esta reflexão está disponível no site <http://www.amda.org.br/assets/files/rio.doc>

¹¹ Disponível no site http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cjha.html.

efetiva os grandes problemas globais. A Rio 92, por exemplo, incluindo suas reuniões preparatórias e seu grande evento final, produziu um conjunto ambicioso de resultados que justificaram o seu custo elevado. A Agenda 21 e as convenções sobre a biodiversidade e o clima, mesmo considerando os seus limites, vem fornecendo elementos para trabalhos e políticas concretas em favor da sustentabilidade. A convenção do clima, por exemplo, desdobrou-se, através de protocolo de Kyoto, em metas definidas para dar início ao enfrentamento do aquecimento global, que estão sendo rechaçadas pelo unilateralismo do governo Bush, pressionado em grande parte pelos interesses das grandes corporações do petróleo. Mas a necessidade de organizar essa resistência perversa aos melhores interesses planetários, através do que Joan Alier chamou de "Eixo do CO2", expondo governos e companhias poderosas ao descrédito da opinião pública global, não deixa de ser também um resultado concreto dos avanços de 1992.

A Conferência de Johannesburgo, efetivamente, deveria ter representado um avanço em relação ao que aconteceu 10 anos antes. Era necessário produzir novos protocolos, com metas claras e obrigatórias para os diferentes países, com base no princípio da responsabilidade comum mas diferenciada. Era necessário também atualizar a Agenda 21, estabelecendo igualmente metas e obrigações concretas. Essa era a demanda lógica diante da urgência trazida pela crise planetária. A meta estabelecida pela ONU, no entanto, foi apenas de produzir um "plano de implementação" e uma "carta política" que fizessem uma avaliação dos avanços realizados até o presente e estabelecessem alguns princípios de ação genéricos e com quase nenhum poder de obrigação. Nesse sentido, mesmo que a conferência tivesse sido um sucesso, seus resultados seriam pequenos diante do muito que se necessita. Na conjuntura atual, no entanto, dominada pelo conservadorismo egoísta de países como os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia - alimentado por um uso politicamente malicioso do antiterrorismo, como se qualquer tentativa de defender a humanidade e o planeta com as grandes corporações fosse uma defesa da violência contra o Ocidente - os resultados efetivos acabaram sendo praticamente nulos. A linguagem de consenso foi vaga e indefinida, sem estabelecer metas, prazos e obrigações concretas diante dos problemas urgentes a serem enfrentados.

2.3 - Crimes ambientais no Estado do Ceará¹²

Apresento aqui, uma síntese dos principais crimes ambientais, que têm como fonte um dossiê preparado pelas entidades que militam no movimento ecológico no Estado do Ceará e na cidade de Fortaleza, preocupados com essa situação de degradação sócio-ambiental que se vive, e sobretudo, alarmados pelo fato de não haver indícios de mudanças, no sentido da adoção de outros modos de convivência com a natureza, nem tampouco de materialização de justiça ambiental. Elaboraram o referido dossiê, com o objetivo de trazer à pauta do dia o quadro sócio-ambiental do Estado, na perspectiva de reverter degradações em curso, minimizar impactos já instalados, prevenir a instalação de novas problemáticas, e denunciar crimes sócio-ambientais, tendo como horizonte a justiça ambiental. Principais crimes:

No Estado do Ceará –

Dunas: Camocim, Acaraú, Itapipoca, Trairi, Paracuru, Caucaia, Fortaleza, Aquiraz, Beberibe, Cascavel e Aracati.

Falésias: Fortaleza, Caucaia, S. Gonçalo, Paracuru, Lagoinha, Beberibe, Cascavel, Aracati e Icapuí.

Usinas Eólicas: Trairi, Beberibe e Aracati.

Carcinicultura: Curral Velho (Acaraú), Coreaú, Aracatiaçu, Jaguaribe, Barra Nova, Barra Grande e Sítio Cumbe em Aracati.

Turismo e especulação imobiliária na zona costeira: Assentamento Maceió em Itapipoca, Caetanos de Cima, em Amontada e Nova Tatajuba, em Camocim.

Pesca Predatória: Vários municípios.

Comunidades Indígenas: Os Tremembés – São José e Buriti, em Itapipoca.

¹² Dossiê 2008 – Degradações, conflitos e crimes ambientais em Fortaleza e no Estado do Ceará. Texto mimeo de 05 de junho de 2008 produzido pelas entidades que militam no movimento ecológico do Estado do Ceará e na cidade de Fortaleza. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, Esplar, Instituto Terramar, Fórum Cearense do Meio Ambiente – FORCEMA, Frente Cearense por uma nova cultura da água e contra a transposição do rio São Francisco, Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará – FDZCC, Frente Popular Ecológica de Fortaleza – FPEF, Missão Tremembé, Movimento Pró-parque Rio Branco, Movimento Pró-Parque Lagoa da Itaperoaba, Movimento SOS Cocó, Sala Verde Água Viva, Depto. de Geografia da UFC.

Em Fortaleza –

Áreas Verdes: Parque Ecológico do Cocó, Parque Lagoa de Itaperaoba – Serrinha, Parque Rio Branco – Joaquim Távora, Tauape e Bairro de Fátima. Pólo de Lazer da Sargento Hermínio – São Gerardo e Alagadiço. Enclave do Cerrado – Cidade dos Funcionários.

Dunas da Praia do Futuro.

Recursos Hídricos: Riacho Água Fria – construção à margem da Rodovia W. Soares. Riacho das lavadeiras – aterro. É um dos afluentes do Rio Coaçu e compõe a Bacia do Rio Cocó.

Criminalização dos Ambientalistas: Caso Ypióca – contra o Prof. da UFC Jeovah Meireles e o Jornalista Daniel Fonseca. Caso Torre do Iguatemi – Pedido de explicação a João Alfredo.

Os Agressores – Geralmente estão ligados à construção de Resorts, complexos hoteleiros, especulação imobiliária, empresas de mineração agroindustriais e portuárias, empreendimentos turísticos, Bons Ventos Geradora de Energia S/A (Usinas Eólicas), Joly Aquicultura Ltda. (carcinicultura), Empresários que utilizam o ecossistema manguezal para a implantação de viveiros de camarão, Grupo Empresarial Pirata (Empreendimento Turístico que privatiza a faixa de praia e território de comunidades tradicionais costeiras), Empreendimento Turístico Condado Ecológico (grilagem e tentativa de implantação de complexo turístico em Área de Preservação Ambiental em Nova Tatajuba-Camocim), Máster Plan Cidade Turística – grilagem de terras da União por empreendimentos turísticos em Camocim, Barcos de compressor e caçoeira que operam no litoral do Ceará, Nova Atlântida Empreendimentos (degradação sócio-ambiental da terra indígena Tremembé de São José e Buriti em Itapipoca).

Em Fortaleza – No Parque do Cocó: Ocupações irregulares, poluição das águas, esgotos clandestinos e carvoarias, construção de edifícios que asfixiam o manguezal além do TRANSFOR, com a proposta de construção de viadutos e subterrâneos que adentrarão na área do manguezal do Cocó.

O Açude João Lopes e o riacho Alagadiço (no Pólo de Lazer da Sargento Hermínio) também afetados por ocupações irregulares, despejo de esgotos domiciliar e comercial.

Desmatamento do **Enclave Cerrado** (componentes do Planalto Central - as espécies do cerrado), localizado na Cidade dos Funcionários

de propriedade dos Correios e do Ministério do Exército. Referido desmatamento deu-se por parte dos Correios para a construção de um núcleo central, configurando-se num crime ambiental. Esta massa verde está inserida em área de urbanização consolidada e em plena expansão, correndo o risco de desaparecer, vítima da especulação imobiliária, como consequência do desconhecimento da sua riqueza e do seu potencial preservável, tanto pela população como das entidades governamentais.

Riacho Água Fria – Construção de um empreendimento privado à margem da Rodovia Washignton Soares, sentido Oeste-Leste, entre as estruturas da Loja TOK STOCK e do Colégio Irmã Maria Montenegro, que atinge o riacho, o qual teve o seu canal central desviado e parte do leito alterada. Observação: Tudo isto permitido pela SEMAM.

Aterro do Riacho das Lavadeiras – um dos afluentes do rio Coaçu que compõe a Bacia do Rio Cocó, aqui também com a complacência dos órgãos municipais. Esta obra causa impactos ambientais no ecossistema local pelo desaparecimento do espelho d'água, da cobertura vegetal e por danos à fauna.

Sobre a **criminalização dos ambientalistas** o dossiê confirma dois casos: um através de interpelação judicial por parte da YPIOCA AGROINDUSTRIAL, ao Professor da UFC Jeovah Meireles e o Jornalista Daniel Fonseca, por terem divulgado informações de domínio público contrários aos interesses da referida Empresa. A principal questão refere-se à responsabilização da YPIOCA por injustiças ambientais e violação dos Direitos Humanos do povo indígena Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), sobretudo pelos danos causados pela Empresa à Lagoa da Encantada.

O segundo caso é uma interpelação judicial a João Alfredo – uma Ação de Pedido de Explicações. Esta ação foi provocada por iniciativa de Daniela Valente, titular da SEMAM, um processo considerado de caráter intimidatório. Tudo se dá porque João Alfredo denunciou a concessão de licenças que autorizam o empreendimento do Grupo Jereissati – A TORRE DO IGUATEMI, que será construída às margens do Rio Cocó, causando devastação naquela Área de Preservação Permanente.

3. O cristianismo tem alguma coisa a dizer sobre a realidade apresentada?

Uma boa pergunta. São muitos os movimentos ditos ecológicos que se organizam, denunciam, tomam iniciativas jurídicas e têm atuação cidadã. Por incrível que pareça, toda esta mobilização em torno dos crimes ambientais acima expostos não conta com a presença significativa

da Igreja, sobretudo em sua expressão mais básica e visível que são as Paróquias e Áreas Pastorais. Por que isto acontece?

A tese, segundo a qual o Cristianismo deu uma grande contribuição para este estado de coisas, por conta da visão antropocêntrica é amplamente sustentada o que acabou relativizando a teologia da criação. Na verdade, “críticos modernos da tradição judaico-cristã apontam para o fato de que no imperativo bíblico na criação: Sede fecundos, multiplicai-vos e sujeitai a terra (Gn. 1,28) estariam lançados os fundamentos da crise ecológica hodierna: multiplicação ilimitada, superpopulação da terra e a sujeição da natureza”.¹³ Entretanto, esta é uma visão do cristianismo que não se sustenta mais hoje, como veremos, e que a crise do mundo moderno se baseia muito mais na ambição que pessoas têm por poder e prepotência. “No âmbito cultural cristão, esta ambição foi, através de uma fé bíblica da criação, mal entendida e mal usada, liberta de suas antigas inibições religiosas: o “sujeitai a terra” foi concebido como mandamento divino para o domínio da natureza, para a conquista da terra e para a dominação do mundo pelas pessoas”.¹⁴

A despreocupação com o meio-ambiente, tem suas raízes, especialmente hoje, num modelo de Igreja predominante, em cuja agenda não cabe outras questões também como a social, a política. A agenda é outra e nós já a conhecemos muito bem.

Já vimos como é caracterizada nossa época: “crise ecológica” é como se define este momento, entendida como uma crise de paradigma hegemônico da civilização ocidental, basicamente antropocêntrico. A vontade desenfreada de a tudo dominar é portanto uma característica desta civilização técnico-científica, que tem levado à degradação da qualidade de vida no planeta.

O ponto de partida nesta parte, sem dúvidas, é a doutrina da criação, pois:

A emergência deste novo paradigma ecológico-planetário, acolhido como um dos sinais de “nosso tempo” constitui ocasião única para a proposição de uma teologia da criação, que seja, ao mesmo tempo, genuinamente cristã e profundamente relevante para o ser humano neste início de século XXI. Essa nova teologia da criação, será fruto, em primeiro lugar, da releitura dos relatos bíblicos da criação, resgatando a

¹³ J. Moltmann, Doutrina Ecológica da Criação, Deus na Criação, Vozes, 1993, 54.

¹⁴ J. Moltmann, Doutrina Ecológica..., 43.

singularidade do ser humano não através de uma separação sua das demais criaturas, mas, ao contrário, mediante a inter e retro-relações que o ligam intensa e intimamente a essa imensa e complexa “teia da vida”.¹⁵

É muito evidente a singularidade do ser humano na obra da criação, sobretudo como imagem e semelhança de Deus (Gn. 1,26). Entretanto, este fato não dá o direito ao ser humano de se conceber como sujeito absoluto e sem vinculação e preocupação com as demais criaturas, que seriam reduzidas a simples objetos. Ademais, este relato deve ser interpretado numa estreita relação com o outro relato que está no segundo capítulo do mesmo livro, onde se lê que o homem é criado e constituído pelo Criador como jardineiro: “Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden, para que o cultivasse e guardasse” (Gn. 2,15).

A concepção antropocêntrica do mundo, segundo a qual céus e terra foram criados por causa da pessoa humana e na qual a pessoa é “a coroa da criação”, é entendida tanto pelos seus defensores quanto pelos seus críticos como uma “tradição bíblica”. Ela, no entanto, não é bíblica, pois de acordo com tradições bíblicas, judaicas e cristãs, Deus criou o mundo a partir do amor por causa de sua glória. E a “coroa de sua criação” não é a pessoa humana, mas o sábado.¹⁶ O tempo resplandece em toda a sua maturidade e beleza no Sábado da criação, que é o tempo da festa, do banquete e da alegria, da conversa, de estar face a face no repouso do olhar de uns nos outros. O tempo é uma relação que abre cada criatura às outras, e cada uma das criaturas escande para a outra tempos de responsabilidades e de trabalhos, mas também de convites e de danças, de esperança e de júbilo.¹⁷

O relato anterior (Gn. 1,26-31) culminava com o surgimento dos homens. Entretanto vemos que existe um fim distinto, que situa o homem dentro de um equilíbrio mais amplo, presidido pelo descanso e gozo de Deus. “Assim foram concluídos o céu e a terra com todo o seu exército. No sétimo dia, Deus terminou todo o seu trabalho; e no sétimo dia ele descansou de todo o seu trabalho. Deus então abençoou e santificou o sétimo dia, porque foi nesse dia que Deus descansou de todo o seu trabalho como criador” (Gn. 2,1-4a). Desta forma, o homem do sétimo dia é um ser para o descanso e gozo da contemplação, um ser ecológico. O homem é imagem de Deus porque celebra o SHABAT, porque descobre e recria cada sete dias, com a sua própria vida, a harmonia sagrada do

¹⁵ Sinivaldo S. Tavares, Trindade e criação. Vozes, 2007, 193

¹⁶ J. Moltmann, Doutrina Ecológica... 56.

¹⁷ Luis Carlos Susin, A criação de Deus, Siquem/Paulinas, 2003,71.

tempo (semana) e do espaço (cosmos). Este sábado de Deus é a expressão de uma harmonia que os homens buscam e desejam como ideal sobre a terra, apesar de ainda não ter conseguido.¹⁸

Não é possível entender corretamente a criação sem perceber o sábado. No *silêncio sabático*, as pessoas não interferem mais através do trabalho no meio ambiente, mas deixam-nos ser como criação de Deus. Elas reconhecem que a criação não pode ser danificada, pois ela é propriedade de Deus.¹⁹

Estas reflexões ajudam a relativizar a leitura antropocêntrica das Escrituras.

Desta forma, não podemos nos furtar à tarefa de repensar a relação, para todos os efeitos, constitutiva entre criação e redenção. O exagerado acento que se deu na história da piedade e da teologia cristãs à redenção acabou deixando na sombra o valor e a importância singulares da criação.²⁰

3.1 - Fundamentos bíblico-teológicos do cuidado com a Criação²¹

Viver neste tempo desafiador exige uma espiritualidade profunda, que renove as raízes divinas da humanidade. O cristianismo conta com um rico manancial em sua teologia bíblica, cosmológica e espiritual da Criação. Trata-se de uma revelação de sentido da história que perpassa toda a Bíblia. Parte do Jardim do Éden, no Gênesis, e projeta, no Apocalipse, para a Nova Jerusalém, a cidade aberta a todos os povos e em que não haverá choro nem necessidade. Jesus Cristo está no centro de uma história inspirado e atraída pelo Deus da Vida, a quem se ama amando as pessoas, começando pelas reduzidas à pobreza e à marginalização, um amor que vale a própria vida de quem ama.

Para as pessoas e comunidades das Igrejas cristãs, o cuidado com a Criação é parte importante de sua prática, de sua missão, de sua mensagem. Lembremos, aqui, apenas algumas referências que fundamentam essa responsabilidade.

¹⁸ Xabier Pikaza, *Bíblia y ecología: reflexión introductoria sobre Gen 1-8*, in, *Sustentabilidade da Vida e espiritualidade*, SOTER/PAULINAS, 2008, 111-113.

¹⁹ J. Moltmann, *A criação de Deus...*, 395.

²⁰ Sinivaldo S. Tavares, *Trindade...*, 195.

²¹ *Libertar a terra para salvar a vida*, texto mimeo, elaborado coletivamente por animadores das Pastorais Sociais, sistematizado e apresentado por Ivo Poletto à Assembléia Geral da CNBB, no dia 05 de abril de 2008.

Criação: Gn. 1, 1-31 - O ato criador é um ato de amor. Deus cria porque ama. Ainda mais, deu ao ser humano a capacidade de ser co-criador. Portanto, entre as criaturas, só o ser humano é capaz de amar e criar. A fidelidade entre os animais é instintiva, não fruto da capacidade de entender e amar. No ser humano a arte, a ciência, a cultura, o sexo, adquirem dimensões que revelam o sentido mais profundo da existência humana.

A página bíblica da criação revela esse transbordamento do amor de Deus, até chegar ao ser humano, feito à sua imagem e semelhança. Só por isso, cada ser humano, independente de sexo, cor, religião, carrega em si uma dignidade divina.

Mas todas as criaturas também, parafraseando João Paulo II, carregam em si as digitais do Criador. Deus cria, vê que é bom, vê que é muito bom.

Porém, é exatamente a criação divina ao alcance do ser humano que está sob risco de extinção, inclusive ele próprio, ou de uma hecatombe sem precedente na história humana sobre a face da Terra. Logo ele, o ser humano, que é a inteligência da Terra, a imagem e semelhança do Criador, coloca em risco a vida que está ao seu alcance, porque é o único capaz de destruir. O aquecimento global é fruto da ação humana. Não pode um cristão, um filho de Deus, ausentar-se da gravidade que a história humana impõe aos humanos nesse momento. Resta-nos pouco tempo. Para bilhões é agora, ou nunca mais.

Dilúvio: Gn. 6,5 – 9,17 - O Dilúvio tem referências em várias tradições religiosas. Na bíblica, o que chama a atenção é o cuidado do Criador para com todas as criaturas. O hagiógrafo fala que Deus, cansado das mazelas humanas, decidiu extinguir a humanidade. Porém, num último ato de nobreza divina, resolveu salvar um ser humano por ser bom. Ainda mais, exigiu que esse homem, chamado Noé, pusesse na Arca um casal de cada animal para garantir sua reprodução. Salva, assim, todas as criaturas e revela o carinho paternal que o Criador tem para com todas elas. O que mais chama a atenção, entretanto, é a aliança feita com os seres humanos e todas as criaturas da Terra após o dilúvio. “De minha parte, vou estabelecer minha aliança convosco e com vossa descendência, com todos os seres vivos que estão convosco, aves, animais domésticos e selvagens, enfim, com todos os animais da terra que convosco saíram da arca” (Gn. 9,9-1). Portanto, a aliança de Deus não é exclusividade dos seres humanos, embora esse tenha sido feito à sua imagem e semelhança. O fato de dispor da Terra e de seus bens, não dá ao ser humano o direito

de destruir os demais seres vivos. Eles também carregam em si a digital do Criador e fazem parte de sua comunidade de aliança.

O CENTRO DO TEMA NÃO É O DILÚVIO, MAS A SALVAÇÃO DO DILÚVIO. *Desta forma, a ARCA é um paradigma ecológico, de solidariedade e de salvação universal. Uma humanidade que só queira salvar-se a si mesma se destruiria.* ²²

João 1,1-16 - O prólogo do Evangelho de João é uma das páginas mais belas da Bíblia, porque é reflexão teológica e poesia ao mesmo tempo. “No princípio era a Palavra, e a Palavra estava junto de Deus, e a Palavra era Deus. Ela existia, no princípio, junto de Deus. Tudo foi feito por meio dela, e sem ela nada foi feito de tudo que existe” (Jo, 1,1-3). Ora, João dá ao Cristo, a Palavra, uma dimensão criadora. A Palavra sempre existiu e “sem ela nada foi feito de tudo que existe”. Mais uma vez a revelação bíblica considera a totalidade da criação, não apenas o ser humano. João dá a toda a criação uma dimensão crística. Evidentemente, dá ao ser humano um lugar especial, embora tantas vezes nefasto: “Nela estava a vida e a vida era a luz dos homens. E a luz brilha nas trevas, e as trevas não conseguiram ofuscá-la” (Jo 1,4-5)

É evidente a intenção de João de vincular a pessoa de Jesus a toda criação. O próprio Jesus, ele mesmo embebido totalmente da missão, vai aconselhar a “olhar os lírios dos campos e as aves dos céus” (Mt 6,26-30). Portanto, nada está alheio ao ato criador que se renova na face da Terra ao longo de bilhões de anos.

Rom 8,18-25 - O destino de toda Criação foi retomada por Paulo em Romanos 8. Esse texto nos indica que a redenção de Jesus transcende o ser humano – quanto mais uma Igreja! – e se estende para todo universo criado. O resgate é de toda a criação que “geme em dores de parto” e “anseia pela redenção”. O Gênesis nos diz que Deus criou e “viu que tudo era bom”. Paulo nos diz que a criação é imperfeita, sujeita à corrupção e que anseia por sua remissão. Portanto, poderemos esperar por um Universo redimido, em sua plenitude, também com as vidas vegetais e animais que conhecemos. Deveremos ter um planeta Terra redimido, com suas espécies, inclusive as eliminadas pela evolução das espécies. Não é demais esperar por uma humanidade que conviva com dinossauros, onde lobos e cordeiros brinquem juntos, onde as crianças possam afagar os tigres.

²² Xavier Pikaza, *Bíblia y ecología...* 131-133.

Tudo é simbólico nessa reflexão, mas tudo é real. A vida deverá ser resgatada na sua plenitude, eternizada em sua plenitude. Afinal, não é da lógica do Criador destruir o que criou, mas elevar, transformar, plenificar. Não faz sentido com a natureza do próprio Criador, que Ele destrua a matéria, o Universo, os vegetais e animais que Ele criou e viu que “era muito bom”. A própria revelação bíblica nos indica esse caminho de transfiguração, de eternalização de toda a matéria, animada e inanimada; afinal, hoje, com a teoria quântica, já se sabe que a base de toda criação é exatamente a mesma. Deveríamos acolher com muita humildade essas revelações dos sinais dos tempos e nos maravilhar com Deus na sua grandeza amorosa, magnânima, e não segundo as lentes mesquinhas de nossas disputas humanas e até inter-religiosas.

3.2 – O que diz o Magistério da Igreja

Tomo aqui como referência, os dois mais recentes documentos do Magistério da Igreja. As reflexões que aparecem em torno do assunto no documento de Aparecida e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, documento 87 da CNBB.

Com relação ao documento de Aparecida, cujos eixos temáticos são o discipulado-missão-vida afirma: “Nossa irmã e mãe terra é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação”. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente contra a vida. O discípulo missionário, a quem Deus confiou a criação, deve contemplá-la, cuidar dela e utilizá-la, respeitando sempre a ordem do Criador²³ e que a Igreja agradece a todos os que se ocupam com a defesa da vida e do ambiente. É necessário dar especial importância à mais grave destruição em curso da ecologia humana.²⁴

Finalmente, motiva a aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório²⁵ e a procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamenta no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, e que supere a

²³ Documento de Aparecida (DA), 125.

²⁴ DA 472, citando a Centesimus Annus de João Paulo II, 38.

²⁵ DA 474b

lógica utilitarista e individualista, que não submete os poderes econômicos e tecnológicos a critérios éticos.²⁶

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2008-2010), também tratam da questão; afirmam que “As grandes indústrias extrativistas e a agroindústria, com frequência não respeitam os direitos das populações locais e não agem responsabilmente face às exigências da ecologia e da preservação dos recursos naturais”²⁷.

Continua abordando a partir da realidade que nos interpela, sobre a biodiversidade do Brasil, com seus diversos biomas que tem suscitado especial cobiça internacional, intensificando-se a devastação ambiental na Amazônia, que agridem a dignidade e a cultura dos povos indígenas, somando-se a isso a agressão à natureza, à terra e às águas que são tratadas como mercadoria negociável e disputada pelas grandes potências, confirmando o que já se disse anteriormente neste texto, como conseqüências de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista-consumista, que privilegia o mercado financeiro e prioriza o agronegócio.²⁸

4. Nossa responsabilidade sobre a casa comum

A última parte de nossas reflexões, aponta para a nossa responsabilidade, como Igreja, pelo cuidado com a Criação.

A teologia bíblica deve continuar reinterpretando os fundamentos da criação, agora de forma interdisciplinar, tomando especial cuidado com os contextos históricos e com a língua em que o texto foi escrito para bem interpretar a sua intenção e o seu sentido²⁹.

Nosso olhar volta-se neste momento, para a configuração eclesial predominante que temos e perguntamos: Com este modelo, marcadamente de uma Igreja que se volta sobre si mesma, de manutenção, tem-se alguma coisa a dizer sobre o tema? Claro que não. Neste sentido, a primeira iniciativa que se deve tomar, que é considerado como pressuposto para inserir na agenda o tema do meio ambiente, é criar as condições para promover aquilo que o documento de Aparecida indica e que passo a recuperar destacando as várias indicações ali encontradas:

²⁶ DA 474c

²⁷ CNBB, Doc. 87, DGAE, n. 28.

²⁸ Cf. CNBB, Doc.87, nn. 38-38

²⁹ Luis Carlos Susin, A criação de Deus... 16.

- A Paróquia ou a Área Pastoral colocar-se a serviço da vida plena das pessoas³⁰, a fé cristã deverá engendrar padrões culturais alternativos para a sociedade atual³¹, fazendo dos pobres sujeitos de mudança e de transformação de sua situação³², cuidando da ecologia³³.

- Ainda sob a inspiração de Aparecida, resgatar, a partir da fé cristológica e também em função do nosso tema, a opção pelos pobres em gestos visíveis³⁴, porquanto são os que têm a vida mais ameaçada e são os mais atingidos por esta situação, e assim, a Igreja é convocada a ser “advogada da justiça e defensora dos pobres³⁵”.

- O documento, sempre inspirado nos seus eixos discipulado-vida-missão, convoca à desinstalação, do comodismo, estancamento e tibieza³⁶, inclusive como uma forma de superar a avaliação que o próprio Papa Bento XVI faz da situação eclesial e que foi ratificado no referido documento, quando afirma que:

não resistiria aos embates do tempo uma fé católica reduzida a uma bagagem, a um elenco de algumas normas e de proibições, a práticas de devoção fragmentadas, a adesões seletivas e parciais das verdades da fé, a uma participação ocasional em alguns sacramentos, a moralismos brandos que não convertem a vida dos batizados. Nossa maior ameaça é o mediocre pragmatismo da vida cotidiana da Igreja, no qual, aparentemente, tudo procede com normalidade, mas na verdade a fé vai se desgastando e degenerando em mesquinhez³⁷.

- Na mesma direção, o documento em tela chama a atenção para o fato de que há tentativas de volta a uma eclesiologia contrárias à renovação do Concílio Vaticano II, ³⁸ evidentemente buscando respostas na segurança do velho, no período pré-conciliar e que acaba por não contemplar esta temática.

- Também aponta para a passagem de uma pastoral de manutenção para uma pastoral decididamente missionária³⁹, evidentemente que para isso, confirmando a configuração eclesial

³⁰ DA, nº. 399

³¹ DA nº. 480

³² DA nº. 394

³³ DA nº. 474

³⁴ DA nº. 394

³⁵ DA nº. 395

³⁶ DA nº. 362

³⁷ DA nº. 12

³⁸ DA nº. 100b

³⁹ DA nº. 370

predominante que temos, levaria incondicionalmente à renovação da própria instituição, envolvendo reformas espirituais, pastorais e também institucionais⁴⁰, exigindo portanto a renovação da Paróquia para que se torne rede de comunidades e grupos⁴¹, portanto mais atenta a esta questão.

- Um aspecto fundamental ao qual a Igreja poderia dar uma grande contribuição, seria na linha da educação para a preservação do meio ambiente⁴². Este tema faria parte do conteúdo da catequese de 1ª Eucaristia como também da Crisma.

- Indispensáveis hoje são as parcerias. Nossas Paróquias e Áreas Pastorais poderiam absorver mais esta idéia, na medida em que, diante da complexidade da sociedade contemporânea, é impossível dominarmos todos os assuntos. As ONG's, Universidades e Grupos específicos, com as competências e conhecimentos adquiridos, serão, sem dúvidas de grande ajuda.

- Dar apoio às Pastorais Sociais. Elas estão fragilizadas por falta de apoio. Entretanto são sensíveis à temática.

- Criar um grupo nas Paróquias e Áreas Pastorais que se interesse pelo tema, que teriam como responsabilidade animar a temática nas respectivas bases.

- Fazer um levantamento dos problemas que a comunidade paroquial tem a respeito do assunto.

- No caso de Fortaleza, estabelecer diálogo com as Regionais e solicitar os projetos que as mesmas têm para serem implementados no Bairro onde está situada a Paróquia ou Área Pastoral.

- Para o caso das paróquias rurais, acompanhar através de um grupo específico o Legislativo local e aí descobrir quais os projetos em curso, e que possam se constituir em crimes ambientais, com o objetivo de resgatar a dimensão profética da Igreja.

O mais exigente e complexo diz respeito ao movimento contracultural de mudar o padrão de consumo que deve partir de cada um de nós. Quem está disposto a mudar o padrão de vida? Esta é uma proposta que encontramos na Carta Encíclica de João Paulo *Centesimus*

⁴⁰ DA nº. 367

⁴¹ DA nº. 173

⁴² CNBB, DGAE, 181k

Annus: mudar hábitos de vida, superando o consumismo que leva ao desgaste da natureza, e questionando a riqueza e o desperdício, tornando-se necessária uma grande obra educativa e cultural, que abranja a educação dos consumidores.⁴³

5. Conclusão

Ao final desta reflexão, cumpre da nossa parte, teólogos, filósofos, estudantes de Teologia e Filosofia de uma Instituição do renome do ITEP/ICRE e da ESPAC, ampliar e cultivar o nosso interesse pelo movimento ecológico, pelo cuidado com a natureza, porque “ou cuidamos do que restou da natureza e regeneramos o que temos devastado, ou, então, nosso tipo de sociedade terá seus dias contados”⁴⁴ e isto nos conduz em primeiríssimo lugar à sensibilidade, pois a questão hoje não é mais evitar o aquecimento, que é um dos problemas sérios que sofremos hoje e que se acentua, mas como agir de uma forma tal que ele não seja catastrófico e mais dramático do que se nos apresenta.

Devemos nos colocar diante do Deus da vida em atitude de quem pede perdão pelo pecado diante da natureza na perspectiva da conversão, de quem está disposto a mudar, de quem sai desta Semana Teológica aproveitando o período do Advento que se avizinha para se engajar e engrossar as fileiras daqueles que já fazem a sua parte na defesa da vida, da natureza depredada. Isto deve se dar sobretudo e também de forma eclesial.

**Prof. Ms. Pe. Antônio Almir Magalhães de Oliveira*
Presbítero da Arquidiocese de Fortaleza, Professor do ITEP e Mestre em
Missiologia / Universidade Gregoriana, Roma.

⁴³ João Paulo II, *Centesimus Annus*, nº. 36.

⁴⁴ Leonardo Boff, *Ética e espiritualidade planetárias*, in, *Sustentabilidade da Vida e Espiritualidade...*, 180.